



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/09/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito boa tarde a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública do ano de 2017. Presentes os Srs. Vereadores da Comissão de Política Urbana: Fabio Riva, Edir Sales, Paulo Frange e Souza Santos. Também presente o Líder do Governo, nobre Vereador Aurélio Nomura. O nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy também acaba de chegar.

Agradeço a presença dos Srs. Wilson Poit; Sérgio Lopes, que já está chegando; Emílio Magalhães Penha.

Esta audiência vem sendo publicada, no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 04 de agosto de 2017; no jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 05/08/17; no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 08/08/17.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios *On Line*.

Esta audiência pública trata do PL 367/17, que “disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização - PMD; introduz alterações na Lei nº 16.211, de 27 de maio de 2015”.

Ainda, esta audiência dedica-se a debater as concessões dos parques, praças e planetários da cidade. É a 3ª audiência pública sobre o tema, o que demonstra a disposição do Poder Executivo em promover o diálogo e viabilizar a participação da sociedade na implementação de um modelo de gestão que reconhece a importância das parcerias com a iniciativa privada.

E por que realizarmos mais uma audiência pública sobre o tema? A concessão dos parques é um dos temas mais polêmicos do Plano de Desestatização, pois requer a combinação de três fatores fundamentais. Primeiro: aprimoramento das ações voltadas à preservação ambiental. Segundo: garantia da gratuidade e melhoria da infraestrutura de

usufruto da população. E terceiro: retribuição justa aos concessionários, que farão os investimentos necessários para o avanço da qualidade dos equipamentos públicos.

A concessão dos parques foi objeto de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI -, lançado em 10/05/17, que contou com a inscrição de 26 propostas, das quais 21 foram autorizadas para a elaboração dos projetos iniciais.

Embora informações, como o prazo mínimo para a concessão, espécie de contrapartida a ser exigida dos usuários, modelo de concessão, entre outras, serão estabelecidos na elaboração do edital.

Como já anunciado pelo Secretário Wilson Poit, os Vereadores desta Casa, especialmente os membros desta Comissão, têm sido amplamente questionados sobre detalhes do projeto.

Nesta reunião, objetivamos verificar se houve avanços, sobretudo considerando as propostas apresentadas em razão do PMI, bem como assegurar mais uma oportunidade para a participação da sociedade na construção desse processo.

Registro a presença do Sr. Fernando Von Zuben, Secretário do Verde e Meio Ambiente.

Pergunto se algum Sr. Vereador gostaria de fazer algum destaque inicial? (Pausa)

Portanto, passo a palavra ao Sr. Wilson Poit, Secretário de Desestatização.

O SR. WILSON POIT – Muito boa tarde.

É um prazer estar aqui novamente...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – V.Exa. perguntou se algum Sr. Vereador gostaria de fazer um destaque inicial. Eu gostaria.

Caro Secretário Wilson Poit, gostaria de reforçar uma das questões sobre a qual já conversamos a respeito. A questão trata das cooperativas que, hoje, existem nos diversos parques, e que é algo de muita relevância, no que diz respeito à forma das cooperativas.

Parece-me que, em alguns momentos, o senhor mesmo e outras autoridades

chegaram a dizer que iriam modificar a natureza das cooperativas. Se for para se modificar, pergunto em que forma. Porque eu queria, aqui, ressaltar que avalio que a própria Constituição brasileira busca estimular a forma cooperativa de produção, uma forma solidária de produção.

Se me permite, vou aqui relatar uma história contada por um prêmio Nobel de Economia, chamado James Edward Meade, que nasceu em 1907 e faleceu em 1995. Ele fazia parte do Círculo de Cambridge, com John Maynard Keynes, Joan Robinson e outros grandes Economistas. Ele escreveu o primeiro livro didático sobre a Teoria da Moeda, dos Juros e do Emprego, de John Maynard Keynes. Em 1935, escreveu “Outline of an Economic Policy for a Labour Government”, e em seus últimos anos de vida, escreveu uma trilogia sobre Agathotopia.

É breve a história, mas é muito relevante. Por muito tempo, ele esteve em busca de utopia. Por mais que navegasse, não conseguiu encontrá-la. No caminho de volta, deparou-se com a agathotopia que, em grego, quer dizer “um bom lugar”. E tornou-se amigo de um Economista que disse a ele: “Olha, os agathotopianos sabem onde fica a utopia, mas não vão lhe contar, porque eles têm uma enorme diferença com os utopianos, que são seres humanos perfeitos, enquanto que nós somos seres humanos imperfeitos, que cometemos nossas bobagens e perfídias”. Acho que, acredito que V.Exa. também comete de vez em quando. E eu cometo quase todo dia. Quase que perco a minha namorada por causa das bobagens e perfídias que cometo.

Mas: “Entretanto, nos agathotopianos, conseguimos construir um bom lugar”. E ele foi estudar as características e instituições de agathotopia e ficou convencido de que eram as melhores, que até então havia encontrado, para simultaneamente alcançar os objetivos que, de há muito, a humanidade e os Economistas queriam, de liberdade, no sentido de cada um poder trabalhar no que deseja e de gastar o que recebe, no que acha melhor; de igualdade, no sentido de não haver grandes disparidades de renda e de riqueza; e de eficiência, no sentido de se alcançar o melhor padrão possível com os recursos e tecnologias vigentes.

A primeira instituição era a flexibilidade de preços e de salários para se alcançar a melhor alocação possível e o maior padrão de vida possível, com os recursos e tecnologia vigentes.

A segunda, e é essa que eu ressalto, era de muita interação entre trabalhadores e empresários. Se possível, que os trabalhadores fossem pagos não apenas com salários, mas com cotas de participação nos resultados. E claro que a cooperativa é, por excelência, uma forma de participação onde todos participam das decisões sobre como é organizada a produção e, daí, obviamente, todos participam de uma maneira mais equitativa.

E queria, até, lhe dar as mãos, caro Secretário Wilson Poit. Justamente a história da Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque do Ibirapuera. Quero dizer que se encontra presente a Sra. Antonia Sileide de Oliveira, que é a Presidenta da Cooperativa, e a Sra. Ildeana Vivian Vieira que, como eu, era uma pessoa que andava no Parque, e ela, tornando-se amiga das cooperadas... No começo era Associação dos Vendedores Ambulantes do Parque do Ibirapuera.

E eu, então, quando o Prefeito Celso Pitta disse que elas tinham de ir embora do Parque, porque seria feita uma licitação para cinco grandes empresas tomarem conta de cinco quiosques. E elas poderiam, até, a oportunidade de trabalhar para aquelas empresas. Mas, a Sra. Antonia disse a mim: “Como vai ser? Porque há alguns, aqui, que trabalham desde quando foi inaugurado o Parque, por Jânio Quadros, em 1954! São pessoas mais idosas. Outras pessoas têm deficiências. Vai ser difícil para nós”. E foi então que eu fui ao Prefeito Celso Pitta e ao então Secretário do Verde e Meio Ambiente, Sr. Otaka, e disse a eles: “Que tal os senhores aceitarem uma cooperativa?” E não é que eles aceitaram...

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Conclua, Vereador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Já estou concluindo.

E eles aceitaram e a Sra. Vivian, que tinha experiência de 12 anos na Cooperativa de Cotia, Psicóloga e Advogada, até hoje é a Assessora. Ela escreveu os Estatutos da

Cooperativa. É uma coisa exemplar. Eu passo às mãos, o livro que a Sra. Monica Dallari, Jornalista, escreveu, após entrevistar todas as 115 cooperadas. Todos disseram o quanto tinham transformado as suas próprias vidas, as suas crianças, adolescentes, chegando hoje até às universidades – algumas se formaram em Direito, em Psicologia, e tudo, em Enfermagem.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, dizer da importância. A Sra. Antonia está vindo aqui pela terceira vez participar das audiências públicas. Ela própria estimulou a formação das cooperativas no Parque do Carmo e nos outros parques. Então, constitui um exemplo.

O Professor Paul Singer, Secretário de Economia Solidária e o maior entender de formas de economia solidária, escreveu no prefácio, aí, que se trata de um exemplo para todo Brasil.

Perdão, Presidente. Mas eu achei que essa história era importante contar.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao Secretário Poit, devido ao imprevisto da agenda, esta audiência pública terá sua duração reduzida.

Peço, por favor, que os interessados em se manifestar, se inscrevam junto à nossa secretaria.

Tem a palavra o Sr. Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Muito obrigado, sempre Senador Suplicy, pelas palavras e pelo livro.

Cumprimento, também, o nobre Vereador Souza Santos, Presidente da Mesa; Vereadores Aurélio Nomura, Paulo Frange, Edir Sales; Sr. Fernando, Secretário do Verde e Meio Ambiente; os amigos e amigas; a dona Antônia, Sra. Vivian e a todos os presentes.

Lembro, também, a todos que esta é a 17ª vez que estamos aqui para uma audiência pública relacionada ao PL 367; e pela terceira vez para ouvir sugestões para o

projeto de concessão de parques.

Como disse o Presidente da Mesa, por motivos de agenda, teremos de encerrar, hoje, às 14h30min. Eu, pelo menos, terei de deixar o plenário. Agradeço muito pela compreensão.

Gostaria de, mais uma vez, abrir esta audiência pública tranquilizando a todos. O Sr. Prefeito João Doria, como já disse ao Senador Suplicy e a vários dos senhores, tem o compromisso, que foi estendido e que está no Procedimento de Manifestação de Interesse, de que os concessionários dos parques de São Paulo tenham um projeto de integração dos permissionários e das cooperativas que lá trabalham.

Também, tem três premissas básicas: jamais cobraremos ingressos dos usuários dos parques; os concessionários terão de assumir as despesas dos parques e fazer investimentos, desonerar a Prefeitura e melhorar a qualidade final, para que a Prefeitura reserve os seus recursos e o que é gasto, hoje, nos parques, nas atividades prioritárias da Cidade, de Educação, de Saúde, de Habitação e de Segurança.

Também cumprimento o Vereador João Jorge, que acaba de chegar. E passo a palavra, com a permissão do Presidente, ao Sr. Emilio, que fará uma breve apresentação. Em seguida, então, voltamos a dizer para que as perguntas e sugestões sejam bem sucintas, por causa do tempo mais curto desta audiência de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

Registro a presença do Vereador João Jorge.

Tem a palavra o Sr. Emilio Magalhães Penha.

O SR. EMILIO MAGALHÃES PENHA – Boa tarde.

Começaremos com a apresentação dos parques, sobre o PMI.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. EMILIO MAGALHÃES PENHA – Hoje, são 107 parques municipais. Vinte e

nove milhões é o montante do orçamento estimado para o Ibirapuera. Só o Ibirapuera, são 29 milhões de reais para 2017. E o custo total com esses 107 parques hoje é de 180 milhões de reais, isso com o custo de manejo e segurança.

Os contratos de vigilância e manejo foram reduzidos ou interrompidos na grande maioria dos 107 parques, por contenção de despesa. O dinheiro encurtou, então houve reajustes.

A evolução. Em 2008, tínhamos 49 parques, e passaram para 107, sendo que o orçamento de 211 foi para 146.

Essas são as fotos da situação atual de alguns parques. Visitamos todos. Esse é o da Vila Guilherme, o Trote. Depois, temos o da Aclimação. Embaixo, temos dois parques com parceria da iniciativa privada, que é o Parque Burle Marx e o Parque do Povo, que são exemplos de um modelo que deu certo.

Agora, passaremos, como o Secretário Poit disse, para algumas premissas importantes para este projeto de lei.

Não será cobrado, em hipótese alguma, ingresso para a entrada nos parques.

Os concessionários serão rigorosamente fiscalizados, inclusive para a preservação ambiental desses espaços.

O papel dos conselhos gestores já está assegurado na Lei 15.910/13, e terão suas competências respeitadas.

O prazo mínimo da concessão é de cinco anos. Vai depender de cada parque, do modelo que será definido pelos PMIs. Mas o mínimo é de cinco anos.

O PMI, que já está... No dia 13, receberemos os resultados dos estudos. O PMI busca estudos para 14 parques, dos 107, estimados com maior potencial.

O projeto de concessão visa utilizar esses estudos e promover a concessão da totalidade dos parques municipais. Ou seja, vamos pegar esse estudo dos 14 parques e replicar para os 107. Essa é a ideia do PMI.

Status do PMI. Qual a situação em que estamos hoje? Em julho, agosto e setembro, parte de setembro, foram os estudos. Dia 13, agora, esse prazo se encerra, de receber os estudos. Levaremos os meses de setembro e outubro inteiro para selecionarmos esses estudos. Então, pegar as melhores práticas para cada parque e fazer uma seleção. Após isso, em novembro, começa uma fase de audiência pública, mas é uma audiência pública diferente desta que está acontecendo aqui. Já é uma audiência pública voltada para a confecção do edital. Ou seja, a participação dos envolvidos, nos parques, será ampla, desde o início dos estudos até a confecção do edital. Em dezembro, iniciamos o processo licitatório para assinar o contrato em 2018.

É importante abordarmos alguns questionamentos das últimas audiências que houve sobre parques. Fonte de receita: o concessionário poderá considerar realização de eventos, exploração de alimentação, estacionamento, onde for o caso, dependendo do caso.

Desburocratização: agilidade privada com a fiscalização, feita pelo Município, promovendo desoneração e oferta de serviço.

Permissionários: Será buscada a integração com os permissionários, valorizando o trabalho e melhorando o serviço. Esse é um ponto muito forte para a gente.

Período de transição: Haverá um período de transição dos contratos públicos até que o concessionário assuma integralmente a gestão.

Não interferência: Alguns equipamentos não sofrerão interferência, não serão objeto dessa concessão. No caso, a Bienal, MAM, Museu Afro Brasil e Museu Paulista.

Viveiros e planetários: Viveiros, exceto Cemucam, e planetários poderão ser incluídos na concessão desde que respeitadas suas funções públicas. Isso, a gente vai decidir de acordo com o resultado do PMI.

Era só isso, só para ter uma ideia.

O SR. WILSON POIT – Só reforçar que, dos 21 consórcios, 26 foram interessados, 21 foram habilitados, e o prazo é depois de amanhã, quando estaremos recebendo quase uma

centena de estudos para todos os parques de São Paulo. E a partir de quinta-feira, já teremos protocolados na Secretaria os estudos para uma Comissão que será formada juntamente com a Secretaria do Verde.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Fernando Von Zuben, Secretário do Verde e Meio Ambiente.

O SR. FERNANDO VON ZUBEN – Obrigado, Vereador, pela oportunidade. Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui para discutir uma importante ação que afetará positivamente a população da cidade de São Paulo.

Hoje nós temos sob proteção da Prefeitura de São Paulo cerca de 40 milhões de m² em parques, unidades de conservação, que equivale a 4 mil campos de futebol. Essas áreas, junto com cerca de 10 milhões de m² que pertencem à iniciativa privada, mais os parques do Governo do Estado, são basicamente o pulmão da Cidade, onde produz o oxigênio que respiramos, também boa parte da água que consumimos, pois sem árvore não tem nascente, não tem água.

Estamos sofrendo uma ação muito forte, principalmente com relação às invasões. Hoje ocorre invasão de parques públicos na cidade de São Paulo, e isso é muito ruim. Por ano, recebemos 39 milhões de visitantes nos 107 parques, e cada visita equivale a R\$ 3,78, um custo para a Cidade. Então, é um volume de dinheiro razoável, mas, se for comparar, é o preço de uma passagem de metrô.

Por último, esperamos que, com a concessão, não tem nada a ver com privatização, teremos melhorias substanciais nesses parques, teremos vigilância muito superior, utilização de câmeras, com tecnologia, utilização de satélite para monitorar as invasões, porque hoje se percebe a invasão depois de seis meses, quando já estão 50, 100 casas. Aí fica muito difícil retirar toda essa população.

Então, teremos tecnologia aplicada na segurança e preservação desses parques municipais, que são um verdadeiro patrimônio, não da Prefeitura, mas do cidadão de São

Paulo. O objetivo da concessão – não privatização – é a melhoria contínua para dar o melhor atendimento ao cliente, o munícipe, quem paga imposto na cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Registro a presença do Sr. Sérgio Lopes Cabral, Diretor de SP Parcerias. Obrigado pela presença.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Boa tarde, senhoras e senhores. Presidente, obrigado pela concessão da palavra. Secretário Wilson Poit, na pessoa do qual cumprimento os demais membros da Mesa.

Secretário, com certeza, esse será um capítulo da lei, porque como vieram os anexos a gente deve abrir, para cada um deles, algumas particularidades que, na verdade, serão pequenos capítulos dentro da lei, para que a gente possa tratar cada uma das concessões separadamente com cada um dos temas.

O que a gente gostaria que pudesse contar na proposta da concessão é deixar escrito, bem claro, que a gestão de parque, em concessão, tem de ser feita, e vamos especificar qual é a qualificação profissional de quem será o gestor, porque houve quase que uma guerra civil dentro desta Casa quando a gente colocou, em 2002, a exigência de nível superior para a gestão de parque. Foi uma atitude extremamente corajosa do ex-Secretário Eduardo Jorge, e quando disse que o pessoal teria ainda de ter gestão ambiental, aí quase que implodiu a Câmara.

Acho que tem de haver exigência: tem que ser agrônomo, engenheiro florestal, tem que ter atividade de formação afim ou, no mínimo, nível superior com especialização em gestão ambiental, para que aquele que vier para a concessão saiba que estamos querendo alguém que conheça o processo de gestão ambiental dessas áreas.

Eu gostaria muito de ver escrito na lei que a concessionária terá liberdade plena para a contratação das equipes de manejo, jardinagem, segurança etc, para que não ficasse com

as nossas, que podem até ser boas, mas têm vícios demais. Não se consegue mudar a forma de pensar de alguém que faz poda de árvore da forma como é feita em São Paulo, que nós chamamos de mutilação, e não poda.

Onde eu nasci, em Minas Gerais, poda de árvore é feita em mês que não tem R, então, janeiro não pode, fevereiro não pode, março não pode, abril não pode; maio, junho, julho, agosto pode, porque é seco, aí não tem doença, não tem fungo, a árvore não morre depois da mutilação que sofre. Em setembro não pode, outubro não pode, dezembro não pode. Depois, só mesmo as podas que são necessárias ou urgentes. Isso, eu aprendi na minha terra, como caipira, e até hoje minhas árvores estão vivas lá.

Então, a gente precisa ter um programa que a Secretaria pudesse acompanhar as concessionárias que vão assumir essa situação. Também acho muito importante que a concessionária possa contratar equipe de segurança e manejo própria. Nós vamos ter de abrir mão dos contratos, interrompê-los, para que as pessoas possam ser contratadas de acordo e que respondam para os seus superiores hierárquicos, senão continuará sendo um departamento dentro da Secretaria, o que é pior ainda.

A nossa preocupação é que estamos passando parques de boa qualidade, que são objetos de desejo, são joias da coroa nossa, mas nós temos na Cidade 164 parques que foram programados, e está no Plano Diretor Estratégico: alguns estão em planejamento, outros estão em implantação. A nobre Vereadora Edir Sales atua na zona Leste, onde há uma quantidade enorme de parques em implantação, que a gente faz a consulta e tem 25% já implantado, tem 40% já implantado.

Como o senhor falou, acho que a palavra exata é fazer alguns “combos”. Alguém que vai assumir não assumir só mais um parque que está abandonado, mas pelo menos um parque que está em implantação. Sabemos que o Secretário não terá recurso para implantá-lo, então poderemos implantar esse parque, eventualmente, com o alongamento desse período, mas que possa implantar alguns parques.

Nós debatemos exaustivamente nesta Casa a questão do Rodoanel, onde há uma zona de preservação importantíssima, que é a Cantareira, e foi acertado que haveria 13 parques ao longo de toda a Cantareira para poder mitigar um pouco os efeitos do Rodoanel e do crescimento da cidade pela serra.

Os parques estão só demarcados. Na nossa lei, fica muito bonito dar uma olhada na imagem, porque aquele verde clarinho é realmente a prova de que nós acertamos. Quando a gente vai naquela área, é caminhão subindo com tijolo o dia todo, então precisaria também de uma forma de ter controle dessas áreas.

Outra situação que acho importantíssimo estar escrito na lei é a figura do Conselho Gestor mantida, escrita na lei, porque essas concessões durarão cinco, 10, 15, 20 anos. De repente, entra outro governo que, por decreto, muda; ou, num acordo com a concessão, tira o Conselho Gestor, porque tem lá cinco que são muito chatos.

Nós sabemos como funciona essa relação. Uma coisa é discutir aqui, outra coisa é a execução. Por isso, é interessante isso estar escrito na lei. Assim como se deve escrever que não haverá cobrança da entrada em parque. Embora já estejamos cansados de saber que não vai ter, tem de estar escrito.

Agora estacionamento é uma situação muito crítica. Com certeza, haverá cobrança porque estacionamento tem que manter seguro desses veículos, tem custos para manter esses carros. Sofremos isso na área da saúde. O estacionamento dos hospitais públicos não era controlado, roubavam os carros lá de dentro e ninguém era dono do estacionamento e aí a briga ficava com o Estado ou com o Município. Então, é uma situação diferente. Assim como a garantia de Bienal, do MAM, etc, essas situações têm que estar escritas na lei, para que a gente possa ter mais segurança.

Para finalizar, no Plano Diretor tem uma situação que vai um pouco além, e acredito que ainda não é momento de tratar. No artigo 24 e 25, fala da promoção da promoção de uma articulação com o Governo do Estado de estratégia para disciplinar a drenagem de águas

subterrâneas. Para isso, nós poderíamos até fazer projeto de intervenção urbana.

Alguns desses parques serão lindeiros de áreas do Estado, Talvez não dê para tratar disso agora, na concessão, mas seria bom a gente começar a pensar como é que nós vamos fazer projeto de intervenção urbana nessas áreas para tratar o problema de águas subterrâneas. Esse assunto será discutido no momento oportuno, porque envolve o Estado, e para tratar desse assunto temos de falar com o Estado, o Município e a área urbana fiscalizada por terceiros, que é da Prefeitura mas não tem essa afinidade nem com uma coisa nem com outra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, nobre Vereador Paulo Frange.

Fiquei sabendo hoje que não se corta árvore em mês que tem R. É um professor, mestre.

Registro a presença do nobre Vereador Goulart. Obrigado pela presença.

Tem a palavra o Sr. Kim Kataguirí, do Movimento Brasil Livre.

O SR. KIM KATAGUIRI – Cumprimento todos os membros da Mesa, na figura do Vereador Souza Santos, todos os Secretários presentes.

Quero falar de algo muito simples, é uma visão do Movimento Brasil Livre e da maioria da sociedade brasileira, tanto que foi a visão que venceu as últimas eleições em 2016: uma visão de modernização, de corte de gastos, e a visão de que, num momento de crise econômica, o Governo e o Estado devem ter prioridades, que são principalmente saúde, educação e mobilidade urbana. É justamente para isso que a maior parte do orçamento deve ser utilizada.

Como foi falado aqui, na primeira apresentação, o Município gasta mais de R\$ 180 milhões todos os anos só para a manutenção desses parques. É claro, não temo como dizer que haverá interesse por todos os parques, mesmo porque alguns são deficitários, ainda que a proposta da Administração seja de vincular as concessões com os parques maiores. Mas digamos que se cortarmos os gastos em 40% ou 50%, já é algo bastante razoável.

Tudo o que se falava contra o projeto, a meu ver, até aqui, foi rebatido. Não vai ser cobrado nenhum tipo de ingresso, mesmo porque não poderia ser. São praças, são parques públicos. Ao mesmo tempo, o ambiente, as árvores, o espaço público, o verde, será preservado. Esse é um compromisso que existe. Até foi colocado aqui e pedido pelo Sr. Secretário, para que seja posto na própria lei. Acho isso razoável.

Outro ponto é que seria uma exploração mercadológica, uma mercantilização dos parques. Eu não vejo assim, mesmo porque, como foi bem colocado aqui, concessão é muito diferente do que privatização. Na concessão, o que é privatizado é a gestão do parque. O que a gente viu, como exemplos já colocados aqui, que aqueles parques que têm gestão privada hoje, no município de São Paulo, a gente não precisa não precisa ir para outro país, a gente não precisa ir para outra cidade, são melhores do que aqueles com gestão pública. Aqui não estou dizendo que o gestor público é incapaz de fazer uma gestão eficiente de um parque, de uma praça ou sequer de uma empresa estatal, mas ele tem muito menos incentivos para isso. A demanda em cima do gestor público é muito menor do que em cima do gestor privado. O gestor privado, nesse caso das concessões, vai ter, além da cobrança da população, a cobrança do Poder Público, a cobrança do município, para que o serviço seja bem prestado, para que todos os equipamentos sejam preservados e para que o parque continue sendo um local público de convivência e de lazer para todo cidadão paulistano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a Sra. Mônica Borba.

A SRA. MÔNICA BORBA – Boa tarde. Eu fui diretora da Umapaz, Universidade Aberta de Meio Ambiente Cultura de Paz na gestão anterior e responsável pela reabertura dos dois planetários.

Eu estou aqui como cidadã e, como vivenciei e me especializei na reabertura de dois planetários, sendo que um deles estava fechado há mais de dez anos, eu me sinto na obrigação de falar todo o meu aprendizado e a importância desse processo de concessão

acontecer, mas que seja compreendido que o planetário é um espaço educador. A sua essência é a educação. Ele não é um espaço apenas para lazer. É óbvio que as pessoas vão. É um programa muito legal no final de semana, mas eu faço um apelo às autoridades, que compreendam que esses três equipamentos maravilhosos que nós temos são da área de educação, ligado à área de cultura, é óbvio.

Por que eu falo isso? Nós temos o projeto original do planetário do Ibirapuera. Naquela entrada, onde ficam as filas, ali em baixo, era para ser uma área subterrânea cheia de salas para os cursos, mas isso não foi feito no projeto original. Então, atrás do planetário, nós temos a escola de astronomia e astrofísica, que é o coração dos planetários. É ali que se discute o que vai ser feito, como vão ser feitas as sessões. As sessões não são cinemas, onde a gente aperta o *play*. Elas são renovadas a cada período, trazendo abordagens, trazendo conhecimentos científicos do que acontece no campo da astronomia, que é altamente ligado ao campo da informação, de toda a nossa indústria de pesquisa e tecnologia. Tudo o que nós temos de tecnologia hoje aqui nasce do ensino da astronomia e da astrofísica. Então, é muito importante a gente considerar todos esses aspectos.

Outra questão importante: Para reabertura dos planetários, nós conseguimos fazer isso porque a gente conseguiu contratar equipes especializadas nisso. São profissionais especializados. A Prefeitura não tem esse pessoal hoje. Foram se aposentando. Não tivemos mais concursos públicos. Então, é importante que a gente tenha pessoas dessa área de carreira, que acompanham esse processo ao longo dos anos.

Uma questão importante é que o planetário do Carmo talvez não esteja na lista da concessão, mas é uma coisa única.

Quem aqui reabriu os planetários e tem noção do que é isso? Ninguém, gente. Eu estou como cidadã para compartilhar uma experiência.

Eu tenho uma experiência e eu acho que as concessões estão sendo feitas sem levar em consideração o que é o planetário para a cidade de São Paulo. O planetário custa

mais de oito milhões por ano aos cofres públicos, e será impossível haver uma concessão que mantenha a qualidade do trabalho do que tem que ser feito. O planetário tem que ter um projeto político-pedagógico ligado à ciência e à educação, e não virar uma casa de show, onde apareça qualquer coisa lá dentro. Então, eu estou aqui. Eu estou finalizando, eu como pedagoga, educadora, faço questão de deixar bem claro que o planetário é um espaço educador na área de ciência e tecnologia que nós não temos na nossa Cidade um museu disso. Existe o patrimônio gigantesco, que é o planetário. Tudo que ele tem lá é sucateado há muito tempo e ele precisa de muita consideração, carinho e cuidado de todos nós.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – As inscrições estão encerradas. Quem quer fazer sua participação, faça por meio de formulário.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, diante das observações da Sra. Mônica, acredito que a Prefeitura Municipal possa, assim como disse que a Bienal ou o Museu Afro-Brasileiro e outras instituições, que permanecerão funcionando, tal como atualmente, quem sabe dada a condição que a Sra. Mônica aqui explicou, que reformulou e está fazendo funcionar tão bem os três planetários, que eles possam ter a continuidade. Eu faço essa sugestão até aos representantes da Prefeitura.

Tem a palavra o Sr. Robson Leandro, do gabinete da Vereadora Janaína Lima.

O SR. ROBSON LEANDRO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Sr. Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Souza Santos. Também cumprimento o Secretário de Desestatização, Sr. Wilson Poit, todos os presentes.

Represento hoje aqui o gabinete da Vereadora Janaína Lima. Aproveito a oportunidade para transmitir o cumprimento da Vereadora à Mesa e a todos os presentes.

Como é do conhecimento de todos, a Vereadora põe integralmente o projeto de concessões dos parques da Cidade. Ela tem acompanhado, com bastante atenção, todas as etapas do desenvolvimento do projeto e procurado contribuir de forma que os principais

interessados, os cidadãos e cidadãs da nossa Cidade saiam ganhando ao final de todo esse processo, com parques mais bem cuidados em todas as regiões da Cidade, lutar para que a gestão da cidade de São Paulo tenha racionalidade administrativa, eficiência operacional e a redução dos custos que resultam em ganhos para os usuários e contribuintes. É uma das bandeiras do mandato da Vereadora Janaína Lima.

Por isso, gostaria de trazer essa mensagem de apoio como cidadão, no sentido ver nossos parques mais bem cuidados, sendo a iniciativa privada e a sociedade civil juntas para tomarem conta desses espaços e se tornarem melhores, deixando a gestão pública focada em cuidado que a sociedade mais precisa, educação, saúde e segurança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Registro a presença do Vereador José Police Neto.

Tem a palavra o Sr. Tobias Furtado, do Parque do Ibirapuera Conservação.

O SR. TOBIAS FURTADO – Boa tarde à Mesa e aos presentes. A gente chamou o CIP criada para os usuários dos parques, do Ibirapuera, amigos do parque. A gente juntou as pessoas e falou: "Puxa, como é que a gente pode transformar o parque?" Quando a gente olha essa discussão que a Mesa está trazendo, que o PL 367/2017 está trazendo, a gente vê com muito bons olhos. É uma iniciativa de as pessoas buscarem conceder esse espaço a privados. Agora que privados são esses? Ninguém tem dúvida, hoje em dia, que a precisa de um Estado menor. Ninguém tem dúvida que a precisa de um Estado mais eficiência. Ninguém tem dúvida de que a gente pode fazer mais com menos. A questão é: "Qual é a resposta para essa fórmula, para passar para um privado consciente, com um programa de melhoria para os parques? Que tipo de regimento, que tipo de lei? Como isso pode tramitar aqui dentro, assinar e multiplicar esses exemplos de São Paulo e Brasil afora? Que modelo seria esse? Não é uma simples concessão. É uma concessão, *concession*, mais, melhor do que isso, instrumentos de termos de parceria, de gestão compartilhada com a sociedade civil. Nenhum país, nenhuma

cidade passou a exploração de seus parques para empresas, ninguém, agora centenas dessas passaram para privadas, organizações da sociedade civil de interesse público e esse concessionam ou a concessão pode ser feito de restaurante, de estacionamento, diretamente para empresas, porque elas têm fim de lucro.

A gente tem que fazer esse exercício e o Sr. Poit e sua equipe vão fazer isso com mais maturidade, assim que receber essas propostas daqui a dois anos, e dos 26 inscritos, 21 habilitados. Atualmente eu fiz uma checagem. Não mais do que dez vão apresentar. Mesmo os que vão apresentar, diminuiu muito substancialmente o número de estudos que serão apresentados. Por quê? Porque não há, de fato, uma demanda clara de empresas querendo assumir o parque e todos esses riscos, mas a gente pode fomentar organizações da sociedade civil, que podem abraçar inúmeras empresas, para que isso aconteça. “Por que isso não aconteceu até agora?” “Por que a gente não apresentou proposta até agora?” Porque a coisa não funciona assim. Em todos os países e cidades pelo mundo afora, só há essa proposta quando o Sr. Prefeito bate no peito e fala: “Poxa, eu vou fazer isso junto”. Quando chega à Secretaria do Verde e da Desestatização, eu falo: “Nós vamos isso junto”. Aí há uma legitimidade para as empresas somarem às organizações da sociedade civil. Neste momento é difícil, porque hoje a gente não sabe se é para cá ou para lá. Então, eu vejo, nesse momento de discussão do PL 367/2017, uma grande oportunidade, uma imensa oportunidade que a gente tem, de parar para pensar e falar: “Poxa, como é que a gente quer cuidar dos nossos parques?” Por que nem nos Estados Unidos ou Inglaterra, hiper-liberais cedem os parques? Nenhuma cidade cedem os parques para empresas explorarem? mas eles concessionam para as organizações da sociedade civil e concessionam para empresas os ativos, os restaurantes, os estacionamentos etc. Porque o país máximo da PPP, Espanha, muito presente no Brasil, como fazem nos parques de lá? Os parques de lá são simples. A empresa que toma conta do parque é privada, mas ela explora o parque? Não.

Vamos pensar nisso junto e, por favor, entendam, sociedade civil, o caminho para o

futuro de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a nobre Vereadora Edir Sales.

A SRA. EDIR SALES – Cumprimento os Srs. Secretários Poit e José Fernando Von Zuben, da Secretaria do Verde e todos que estão aqui, ao público principalmente. Parabênzo a todos pela dedicação e preocupação com a cidade de São Paulo.

Eu tenho algumas dúvidas. Eu estava conversando já com o nosso querido Secretário Poit sobre isso, mas ainda não me esclareceu. Os dois parques, por exemplo, que nós temos na Vila Prudente, são o Parque São Lucas, o antigo Linhas Correntes. Hoje é lei sancionada pelo nosso Prefeito João Doria, para que haja um parque ali. São 98 mil metros de áreas verdes. Ainda jornal foi criado o parque. Gostaria de saber sobre esse parque, que já é lei. Há também o Parque da Vila Ema, temos o DUP ali. Gostaria de saber se esses dois parques vão ser inclusos nas concessões. Seria muito importante, porque são áreas altamente em regiões que necessitamos muito do verde, onde há um verde muito pequeno, espaços verdes pequenos, poucos. Precisamos de aumento desse verde. Então, eu gostaria de saber desses dois parques, que inclusive já foram contemplados no Plano Diretor, na Lei de Zoneamento. Então, precisaríamos ter uma certeza que esses dois parques vão ser inclusos na lista de concessões.

A segunda questão é que nós, Vereadores, temos reivindicações na região, para colocar nomes nos parques, denominações. Como vão ficar essas denominações nos parques, praças públicas? Como vão ficar essas regiões? A gente vai poder continuando fazendo o nosso projeto de lei, que vários Vereadores têm interesse não só como Vereadores, mas principalmente pela solicitação da comunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Registro a presença também do Vereador

Gilberto Nascimento e da Vereadora Patrícia Bezerra.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA - Sou do Grêmio Sudeste, com Sabeja Jabaquara. Eu trouxe uma apresentação.

Sr. Presidente, eu só queria chamar atenção, que tudo o que foi dito aqui não está na lei. Então, o PL 367/2017 não trata disso que foi falado. Ele, na verdade, trata de fundos. Ele é para criação de um fundo, e aí vão entrar várias concessões. Dizem que vai haver cinco bilhões, só que não há regulamentação alguma. Então, a gente discutindo os anexos, porque, na verdade, são quatro linhas, e não está garantido nada na lei.

A pergunta que eu estou fazendo aqui nessa audiência e nas outras comissões é se a gente vai ficar discutindo o teor do projeto, que trata de fundo, ou se a gente vai ficar discutindo anexos, que, na verdade, não está descrita nenhuma condicionante na lei.

Então, o PL 367/2017, dá uma possibilidade de se criarem derivativos do fundo, lançando títulos no mercado. Ele vai criar um fundo de cinco bilhões, e depois vão vender títulos. Esses títulos não estão garantidos que vão para as concessões ou para o serviço que está sendo contratado.

O mapa da mina. Por que a gente está falando isso? Na verdade, não se cria o fundo. Na verdade, por um artigo no parágrafo 4º em seu inciso II, é que é criado esse fundo.

Já tivemos um mau exemplo aqui na cidade de São Paulo, a criação de títulos falsos, que foram os precatórios, cuja dívida pública paulistana, 85% é fruto daquela dívida dos títulos precatórios. Hoje nós temos o caso da PDH Ativos, que é Minas Gerais e Belo Horizonte, que também fez um sistema de privatização, e permitiu-se que vendessem a títulos. Venderam 800 milhões de títulos no mercado, arrecadaram 200 milhões e estão devendo 800 milhões.

Há o caso da operação urbana. Em 2001, foi aprovada aqui a operação urbana Água Espriada, que tinha um parque. Inventaram um parque de quase 600 mil metros

quadrados e arrecadaram 2,9 bilhões e 958 milhões ficaram de juros, que estão perdidos aí no orçamento, e só gastaram 2,13 bilhões.

Quanto ao PL 722/2015, já estão pedindo mais um bilhão, porque me parece que o dinheiro acabou e não terminaram as obras.

Há o valor do serviço das áreas. Falaram em 180 milhões, mas esse dinheiro não vai ser pago pela empresa privada. Esse dinheiro é custo operacional. Então, a empresa vai fazer a gestão, mas o custo operacional vai continuar. Não vão ser diminuídos 180 milhões da verba.

De onde vão vir os recursos? Então, a gente pode discutir a questão da venda, suspenderam a dívida pública. A questão da educação está sendo desviado um bilhão, para pagarem aposentados. Há também a questão da operação urbana Água Esprada.

Sobre a administração dos parques, só citando o exemplo dos parques no exterior, em outras audiências, foi citada o Central Park. Ele custa 35 milhões de dólares por ano e só arrecada 70% em doações. Isso não acontece no Brasil. Ainda assim a Prefeitura de Nova Iorque destina cinco a seis milhões de reais por ano, e só arrecadam dois milhões. Então, a privatização é uma falácia.

Para finalizar, o *Giants* de Nova York aluga o estádio, que é administrado pelo parque da Prefeitura, e ninguém está pensando em privatizar. Lá são 1.700 parques e nenhum é privatizado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Merege Júnior, da Suape, Centro Democráticos dos Engenheiros.

O SR. EDUARDO MEREGE JÚNIOR – Cumprimento a todos. Eu fui a Associação que saiu do Parque do Ibirapuera, e que ajudou a fundar as associações do Brasil inteiro, de parques, que também sumiram. Estamos nos adaptando.

Acho que este projeto não deve ser completo mesmo como está, porque ele vai

analisar particularmente cada caso, para que possamos ter soluções interessantes.

Quanto ao Parque do Ibirapuera, eu cheguei a andar de barco de motorzinho, nos lagos. O maior problema dos parques está na água. Agora, o Pessoal de Conservação do Ibirapuera, começou a mexer para aquilo que é importante realmente para o Parque. Isso, eu senti.

Quanto aos conselhos de parque, eu já disse aqui que o Carlos Neder me procurou lá, na Associação, para formar esse projeto de conselho. Mas, senhores, na hora da eleição dos conselhos de parque os senhores verão que uma minoria, somente o entorno que está lá, os eleitos são do entorno. Nada de Ibirapuera para São Paulo, não.

Então, concordo com o conselho gestor de parque. Ele deve permanecer. Mas não nesse molde de eleição que ele é feito. Assim, também, como o conselho das subprefeituras, das administrações. São conselhos, ali, formados por grupos. Na hora da eleição, são 10 votos, 15 votos. Elege e não sei o que lá. Não dá! Aí não dá, também, para aceitarmos uma Cidade com esse tipo de gestão.

E como já disse também, não só parques e praças. Os logradouros públicos. Você tem ciclovia chegando a uma quadra do parque das bicicletas, e não chega lá. Você tem ciclovia chegando ali a uma quadra do Parque do Ibirapuera e não chega lá. E quer dizer que está fazendo metrópole!

Vamos, também, fazer concessão nas vias públicas, nos logradouros. Que um Bradesco consiga colocar ali uma pista, com câmeras fiscalizando, indicando o Jardim Zoológico e o Jardim Botânico. Aí se faz um planejamento urbano realmente metropolitano. E não é isso que vemos. Sempre de interesse que vai, que gruda aqui, que gruda ali e a Cidade morrendo. Aí ficam reclamando: “Ah, o Ibirapuera tem um monte de carro em volta! A poluição é muito grande!”.

Temos de aproveitar esta oportunidade. Pessoal da cooperativa: vocês se lembram do Sr. Severino? Do quanto ele ajudava para aquilo funcionar? O Portão 6 quem fez fui eu. A

transparência que vocês têm, ali, no Portão 6, foi feita por integração da Suape.

Vamos amadurecer, porque, senão, não vai dar, não. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Corona, Advogado.

O SR. CORONA – Cumprimento o Sr. Presidente, na pessoa de quem cumprimento os demais Srs. Vereadores; Srs. Secretários, pretendo ser breve.

Trago à voga a questão já trazida pelo Sr. Vereador Suplicy, no que tange aos cooperados. E, aqui, falo em nome dos permissionários do Parque do Ibirapuera.

Ficamos muito felizes ao ouvir do Secretário o compromisso do Prefeito. Mas compartilhamos as mesmas preocupações que o nobre Vereador do PTB já mencionou, pela necessidade de isso estar previsto, de forma expressa, na lei.

Entendemos, gostamos do compromisso e temos certeza de que ele será cumprido, mas abarcar na lei, ter isso de forma expressa em um artigo, de que os permissionários, os cooperados e os demais terão os seus legítimos interesses atendidos, é fundamental.

Essa segurança, que é a segurança que o Poder Legislativo pode trazer com a alteração neste projeto, é o que reitera que os permissionários, por essa necessidade de que o interesse de quem está ali gerando empregos, prestando um bom serviço já há algum tempo, seja abarcado por este PL, que, de toda forma, ninguém é contra. Mas há a necessidade de que sejam ouvidas as pessoas que ali trabalham.

Agradeço pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Otacílio Ribeiro, da Associação dos Clubes Mantenedores da Área Esportiva Campo de Marte.

O SR. OTACÍLIO RIBEIRO – Boa tarde a todos e a todas.

É assim que funciona: temos de pressionar o Poder Público, temos de estar atentos, porque a cidade de São Paulo é de todos nós. O Governo passa e nós ficamos em nossa luta cotidiana, cada um no seu pedaço.

Mais uma vez, estou falando sobre o Parque Público do Campo de Marte. Temos, lá, uma Associação de área que proporciona esporte, lazer e cidadania a toda faixa etária, há 60 anos. Construímos um complexo sem um centavo de dinheiro público. Agora, queremos saber das autoridades presentes o que vocês farão conosco?

Somos favoráveis ao parque público. Eu faço parte da Rede Novos Parques. Luto pelos parques há 35 anos e eu sei como os parques são importantes. Mas usamos, ali, uma área de 30 mil metros quadrados, em uma área do Campo de Marte de 2,3 milhões. E nós estamos sabendo que o Governo quer nos tirar daquela área. Ocupamos essa área legitimamente, com concessão da Prefeitura.

O que nós queremos é que seja feito o CDC ali, porque a lei permite. A Lei 15.928/14, aprovado por esta Casa, permite que ali possa ser feito um CDC.

Outra coisa: pessoas das várzeas de São Paulo, que geram milhões de empregos em nossa cidade, estão a nosso favor.

Convido a Mesa e a todos os presentes para o nosso seminário que será realizado no dia 16 de setembro, no Museu do Futebol. O seminário será sobre a várzea de São Paulo, sobre os campos de várzea, em parceria com a USP e Museu do Futebol.

A mídia inteira está nos apoiando, porque a várzea inteira está a nosso favor. Não queremos atrapalhar o parque, mas temos uma ação judicial, transitada em julgado, que deu a nossa permanência na área até o prazo de 60 anos. Então, não podemos ser desalojados de lá, porque estamos garantidos por sentença dada pela 12ª Vara Federal.

Queremos ser ouvidos, porque somos importantes.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, eu ia fazer a apresentação, mas nem farei, para poder respeitar os três minutos. Mas eu queria trazer dois elementos.

Na reunião passada, o Vereador Goulart fez uma apresentação, oferecendo alterações no texto da lei, para garantir três princípios básicos, que eu reafirmar aqui para, quem sabe, consigamos avançar do texto já apresentado.

O primeiro é que precisamos reconhecer a finalidade pública de serviços ambientais que são prestados por parques e áreas verdes. E esse é um papel inalienável das áreas verdes, independente de quem seja o seu gestor. Então o princípio da cidade preservar áreas verdes é para manter a cidade viva. Isso não se relaciona com a capacidade de produção de nova riqueza. Então a riqueza de vida para a cidade, que é oferecida pela troca que as áreas verdes e os parques nos dão, não pode ser comercializado a ponto de se essa relação não for positiva, nós deixamos de ter parque. É quase que pensar o seguinte: uma empresa pode quebrar, é verdade, se ela não der lucro ela quebra. Um parque, se não der lucro, ele não quebra, ele mata a cidade. Esse é um princípio que a gente tem que trazer para a legislação, independente do modelo que a gente vai oferecer para a sociedade. Parques não quebram, porque se quebra a cidade morre. Esse é o primeiro.

E por isso nós precisamos trabalhar com aquilo mais próximo deste modelo que temos na cidade. Então fico muito feliz quando muitos que aqui vem falam que é importantíssimo a gente trazer a capacidade intelectual do povo brasileiro que está em São Paulo para a gestão dos parques. Portanto, estamos trazendo a iniciativa privada e tem que trazer. Está certo o nosso Secretário, está certo o Prefeito. Só que essa iniciativa privada, para ela fazer sentido para parques ela não pode e não deve ter fins lucrativos. Este talvez seja o fundamento para aquilo que a gente busca. A gente quer uma gestão moderna, a gente quer uma gestão com participação absolutamente ativa do setor privado, só que a gente não quer colocar em risco um ativo público que mantém a cidade viva. Então, se a gente conseguir garantir isso na lei acertamos tudo.

E tem um segundo elemento que acho absolutamente fundamental e é com ele que concludo. Eu acho que a gente precisa garantir que os recursos investidos nos parques e nas

áreas verdes, a média dos últimos 20 anos, seja garantida pelos períodos de concessão que teremos, porque queremos mais, não menos parques e áreas verdes. Então queremos o mesmo investimento público com uma gestão mais eficiente. Então precisamos garantir que a média de investimento dos últimos 20 anos se aplique em qualquer período que as concessões virão, cinco, dez, quinze, vinte anos, com recursos públicos, trazendo da iniciativa privada novos recursos e melhorando a gestão. Se nós conseguirmos aliar esses três elementos, sem dúvida nenhuma, todos nós poderemos aplaudir daqui dez, quinze, vinte anos a decisão que tomamos aqui na Câmara. Mas se só um deles faltar nós não teremos cidade para comemorar.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Police Neto pela sua contribuição.

Vamos ouvir o Sr. Laerte Brasil.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, também gostaria de assinalar que está presente o Sr. Carmo, que é presidente da Cooperativa de 93 cooperados do Parque do Carmo. E gostaria também de informar que para aqueles que avaliam que é muito importante que a população ajude a decidir as concessões e privatizações, que há um formulário que está procurando obter 177 mil assinaturas para que possa haver o plebiscito a respeito.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiramente parabenizar o Presidente, os Vereadores e as Vereadoras dessa Comissão presentes, o Secretário e todos e todas aqui, especialmente os internautas e os telespectadores da TV Câmara.

Eu venho fazendo uma pesquisa como em todo planeta. Eu vou citar Londres. Londres tem 420 parques. Esses parques são administrados através da sociedade e através de concessionárias e empresas e é, vamos dizer, um grande exemplo para o planeta são os parques integrados com árvores, animais e gente.

Mas quero dizer aqui que sou presidente da São Paulo Empreendedorismo, que é

um órgão da Unesco e desde já a gente defende e aprova as políticas públicas de concessões, mas que ela venha de forma transparente e que não deixe nenhum permissionários para traz. E que essas administrações, de quem vier a ganhar, que seja constituída, vamos dizer, gestores integrados com os permissionários e os usuários e as concessionárias que venham a ganhar as concessões para administrar os parques.

Mas aqui vou fazer uma pergunta para o Secretário do Verde. Eu estive em 50 audiências públicas da Lei do Uso e Ocupação do Solo. Eu sai na frente, vamos dizer, defendendo uma grande tese que está inserida na lei, que são as cotas ambientais. Não vai dar para debater porque vai demorar muito tempo, mas eu dizer que as cotas ambientais permitem a construção e desenvolvimento de jardins verticais na cidade de São Paulo, pode ter garagem verde e outras ações de incentivo de redução de IPTU e assim, vamos dizer, apontando as cotas ambientais sem dúvida nenhuma vai colocar a cidade de São Paulo na vanguarda ecológica e ambiental no planeta. A minha pergunta para o Secretário é se seria possível implementar as cotas ambientais na Lei de Concessões dos 120 parques aqui da cidade de São Paulo. A minha outra pergunta, vamos dizer, quantos quilômetros o Prefeito Doria, a Administração Doria, qual é a meta de quantos quilômetros, até o final do mandato dele, de jardins verticais implantados na cidade de São Paulo. E se essas realizações estão sendo financiadas pela Prefeitura ou pela iniciativa privada.

Outra pergunta para o Secretário Poit é a seguinte, como vai ser o ganhador, por exemplo, do Pacaembu, se vai ser através de envelopes, de pontuação ou como vai ser o processo de entidade ou empresa ganhar a concessão do Pacaembu.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Carl Henz Ratzinger, da Praça da República. Em seguida Maria Cecília Teixeira, da Associação da Terceira Idade da Exposição Praça da República.

O SR. CARL HENZ RATZINGER – Primeiramente, boa tarde. Estou aqui na

qualidade de artesanato. Há cerca de 12 mandatos trabalhando na Praça da República. Gostaria de pedir encarecidamente que nesses projetos que estão sendo elaborados, que fosse olhado com um pouco mais de carinho para todas as praças, fugindo um pouco dos parques. Porque todas elas praticamente, República, Liberdade, Trianon e mais algumas que a gente tem conhecimento, encontram-se num total abandono e a gente gostaria que um parecer meu particular, na regulamentação das feiras, fosse trocado o sistema de Comissão de Ética para Conselho Gestor, que assim daria mais clareza e mais visibilidade para todas as situações.

Eu não gostaria de me aprofundar mais, porque se eu embalar a coisa vai longe. Por isso meu muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Sr. Carl.

Tem a palavra a Sra. Maria Cecília, da Associação da Terceira Idade da Exposição Praça da República. Em seguida o Sr. Carlos da Mata.

A SRA. MARIA CECILIA – Senhores dessa Mesa, senhores presentes, boa tarde a todos. Meu nome é Cecília. Eu sou da Associação da Terceira Idade, Grupo República, sou da Feira de Arte e Artesanato República. Há 60 anos aquela feira ali já funciona, estamos com um problema muito sério perante a Subprefeitura Sé, que não recebe ninguém e nem revalidou as nossas licenças.

Agora eu gostaria de saber dos senhores, eu sei que a concessão é importante, agora eu gostaria de saber de vocês o que vai acontecer com as feiras de arte, principalmente a da República, com 60 anos? O que vai nos acontecer? Que a maioria, 80% dessa feira são de idosos. O que fazer? Eu gostaria de saber? Estou fazendo uma pergunta a vocês: o que fazer? Nós estamos sem orientação, porque na Subprefeitura Sé ninguém nos recebe.

E gostaria também agora, se for possível, as feiras de arte de São Paulo estão indo embora por causa de descuido, como o Sr. Carl falou agora. Eu gostaria de saber por que não transportar essas feiras de arte para a Secretaria da Cultura e tirar da Segurança Alimentar,

porque eles não entendem nada de arte. O nosso problema mais sério é esse, transportar, o que fazer para transportar as nossas feiras para a Secretaria da Cultura.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Carlos da Mata, da União Paulista de Artesanato e Cultura. Em seguida ouviremos o Vereador Gilberto Nascimento.

O SR. CARLOS DA MATA – Senhoras e senhores, boa tarde. Também estou na mesma agonia dos meus antecessores aqui. Sou artesão há 27 anos, trabalho nas praças de São Paulo. Hoje nós somos, mais ou menos, 36 feiras e alguns parques.

A nossa preocupação, está bacana a apresentação, acho que precisa a cidade de ter esse recolhimento, mas nós, como permissionários das praças, estamos numa agonia porque não está claro para nós como nós vamos ficar. Se nós vamos ficar nas praças, como está garantido, e nos parques, qual é o custo que nós vamos ter? Nós estamos aí numa geração de uma feira de mais de 60 anos, já estamos na geração de três produtores de arte e cultura dessa cidade e estamos nessa agonia de ver como vai ficar, ver a agonia da minha amiga Cecília, que nós estamos com o nosso TED vencido desde março, até agora não chamaram para renovar e essa história da privatização, histórias vem acontecendo. Então a pessoa que viveu uma vida toda cuidando de arte, vendendo, está difícil, o momento econômico não está fácil para nós que vivemos de arte e cultura nesse país não é brincadeira, mas nós somos guerreiros e estamos lá como eu, que vivo há 27 anos. E aí com essa ênfase, como é que vai ficar? Como vai ficar? Qual o custo para nós continuarmos nessas praças? Esse alívio que não está dando, a gente não encontra nada que fala isso, fala que vai ficar, que não vai ter ônus, mas a gente sabe que vai ter, no fundo tem. Nós não estamos falando da responsabilidade, a gente quer contribuir com a Cidade, como a gente contribui todos os fins de semana, sábado e domingo, levando arte e cultura nessa Cidade. Quantas pessoas ficam em casa vendo TV, filmes? Vai para a praça nos visitar, conversar, é isso que a gente procura.

Essa é a agonia que estamos vivendo. Gostaríamos de ser ouvidos um pouco mais. A gente tem um balanço, acho que são de quatro a seis mil artesãos expositores na cidade de São Paulo. É um número expressivo, então, a gente gostaria de um olhar e uma clareza maior para nós.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - (Pela ordem) – Boa tarde a todos. Fico feliz de mais uma vez ver o Secretário participando, nunca se negou ao diálogo, sempre aberto a essa discussão. Quero só deixar bem claro aqui, tenho sido questionado na Cidade onde a gente anda, assim como todos os Vereadores, referente ao PL 367 e quero deixar bem claro aqui, como já falei com o Sr. Prefeito, que sou a favor sim das concessões e privatizações, porém com limites porque o que eu estou buscando aqui hoje em mais uma audiência pública, que o Poit se faz presente é buscar respostas. Há cerca de um mês fizemos uma audiência pública. Queremos uma resposta para que mais para frente não ocorra uma cobrança do Executivo.

Entendo que essa não é a visão do Poit, já conversamos várias vezes sobre isso e S.Exa. disse que vai esgotar ao máximo o tema porque esse é um marco que a gestão Doria pode deixar, mas hoje venho para cobrar respostas. Coisas claras que eu preciso entender que irão existir no texto, este que vamos votar, ou seja, gratuidade, áreas de preservação, as garantias dessas áreas para que os parques não venham a se tornar clubes e também, se necessário, as obras em quais parques? Quais são elas? Os detalhamentos e os investimentos de quem vai assumir esses parques.

Parabéns a todos e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a Sra. Marilena Pini.

A SRA. MARILENA PINI – Boa tarde a todos. Eu sou uma pesquisadora, designer, ex-conselheira do Parque Buenos Aires por duas gestões e atuo hoje em ocupações criativas

de espaço público. Venho aqui porque estou participando do PMI, dos estudos dos parques, e nessa condição fomos atropelados por uma declaração do nosso Sr. Prefeito que estão sendo feitas concessões para o parque Buenos Aires já com toda a contratação, as empresas e tudo, no meio do processo que estão sendo desenvolvidos os estudos, a questão é da credibilidade que estão sendo feitos esses processos de concessão e, dentro do meu consórcio que foi criado para desenvolvimento, chamamos um empresário que está aí já com cartas marcadas, que já vai ser dono desse e mais outros seis parques de São Paulo.

Esse desenvolvimento todo, além de não estar sendo feito de fato com diálogo tanto da comunidade local para desenvolvimento disso, quanto para os Conselhos que estão sendo pegos de surpresa, com fatos já consumados. Então, as vésperas de entregar os estudos que temos, como vai acontecer, se o parque está num processo de licitação pública no meio disso, já está consumada a concessão? Dizem que é por um ano, que vocês vão ficar aguardando? Gente, credibilidade, transparência e tudo o mais, quer dizer que o próprio pessoal da Secretaria do Verde não soube nos responder, nem o pessoal da Secretaria de Negócios, não soube nos esclarecer. Então, eu gostaria desses esclarecimentos porque todos estamos aqui e estamos todos colaborando e gostaríamos de ter esclarecimentos sobre isso. É essa a questão.

O SR. WILSON POIT – Gostaria de agradecer demais a todos. Acho que mais uma audiência muito importante, como foi dito pelo nobre Vereador Gilberto Nascimento, realmente nosso interesse é esgotar ao máximo, ouvir a opinião e a participação de todos, considerar, recebê-los particularmente como tem sido feito para que saia o melhor processo possível, não só a lei, que será aprovada por esta Casa, como eu disse, já são 17 audiências públicas de parques, essa já é a terceira, como também o resultado na hora de fazer a licitação. Eu não vou conseguir responder a todas as perguntas, mas queria agradecer muito que anotei tudo, aos Vereadores que entregaram as suas contribuições já até pela segunda vez.

Vou começar pela Sra. Marilena. É bastante importante deixar muito claro, já

conversei com o Sr. Prefeito, não é só o caso da Praça Buenos Aires, mas tem o caso de outro parque também que na medida em que não existe nenhuma dúvida, quem estiver fazendo os estudos, continue fazendo. O parque Buenos Aires está incluso entre os parques que vai ser feita a concessão. O que aconteceu é que uma empresa amiga da Cidade ofereceu, inclusive não é tudo, é parte da manutenção, até que seja definido quem vai ser o ganhador, não mudou nada. É um ano no máximo ou no momento em que se definir a licitação. E é parcial inclusive a manutenção, que será feita lá, é de poda, é uma parte apenas do parque então...

- Manifestação do público.

O SR. WILSON POIT – Desculpa, mas eu pessoalmente, não estou cuidando disso, não tenho o nome da empresa...

- Manifestação do público.

O SR. WILSON POIT – É público, deve estar no *Diário Oficial*. Eu só gostaria, para não polemizar, há outras praças, a Cidade está precisando de ajuda no momento, temos parques, como disse o Secretário Fernando, bastante abandonados e precisando de ajuda e algumas empresas, hospitais, vizinhos de alguns parques, como no caso do hospital, me lembro do parque no Morumbi, Parque Alfredo Volpi, por exemplo hospital da rede D'Or se prontificou a cuidar do parque, até que saia o resultado da licitação. É a mesma coisa no Parque Buenos Aires, não mudou nada, nós queremos, como foi dito aqui, podemos não conseguir, mas o melhor esforço será feito para a concessão de todos os parques e nas regras, colocando na lei, fazendo os gravames na lei que foram solicitados aqui, quanto a gratuidade, quanto ao tipo de gestor e o nível de escolaridade do gestor, uma série de pontos importantes foi dito aqui: a preservação dos artistas, o diálogo entre os artistas que estiverem aqui, seja com a Prefeitura da Sé, seja com a Secretaria de Cultura.

Disponham da gente, mas todos os permissionários, como o Prefeito João Doria disse, durante a campanha, após a vitória, e tem dito ultimamente, e eu estou autorizado a repetir, vamos na medida do possível garantir isso sim em lei quando a gratuidade, aproveitar

os permissionários, como também incentivar a arte em São Paulo nas praças e parques.

Gostaria de dizer que não mudou nada, e o que existe é falta de dinheiro. O Secretário Fernando pode comprovar aqui, que quando a gente fala 185 milhões, foi em 2015, o que custou todos os parques. De lá para cá a gente vem tendo cortes de despesas e alguns parques que são citados aqui, totalmente abandonados, sem segurança, sem iluminação, sem banheiros. Então, toda a colaboração de uma pessoa física, de uma organização social, ou de uma empresa temporariamente, isso está no *Diário Oficial*, é transparente, é publicado um chamamento. E se outra pessoa quiser ajudar está convidado, até que seja, quem quiser pagar as despesas, fazer os investimentos, isso é público e transparente e há um site da Prefeitura hoje para isso.

Estarei aqui novamente esta semana e na semana que vem, sempre à disposição para responder as perguntas, anotar as dúvidas e preciso encerrar hoje por causa do horário, mas vamos estar aqui. A sessão é gravada, eu cumprimento a todos e ao pessoal de casa também e a plateia cheia e interessada na concessão dos parques. A prioridade nesta Cidade é o essencial: educação, saúde, habitação, segurança e assistência social. A Prefeitura tem de gastar dinheiro dos impostos e dos senhores que pagam impostos no que é essencial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Antes de encerrar, Secretário, dizer que as manifestações que foram feitas antes ou depois das inscrições encerradas serão encaminhadas ao Sr. Secretário.

A pedido dos comerciantes, Sr. Secretário, que trabalham nos sacolões e mercados municipais, audiência pública sobre o tema que seria realizado na próxima quinta-feira 14/09 às 10h foi transferida para a próxima segunda-feira dia 18/11, às 10h, nesse mesmo auditório.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – A audiência vai continuar?

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Não. As perguntas que não foram feitas serão encaminhadas ao Sr. Secretário e a quem de direito.

Estão encerrados os trabalhos.